



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE

SOLANGE MARIA DOS SANTOS

**MONOGRAFIA SUBMETIDA À BANCA EXAMINADORA DO CURSO DE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS COMO REQUISITO PARCIAL À OBTENÇÃO DO
GRAU DE BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FORTALEZA/1995

**FEAAC - FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E
CONTABILIDADE**

*Monografia aprovada
com a média 8,00 (oitos)
Araújo*

ESTA MONOGRAFIA FOI SUBMETIDA COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS A OBTENÇÃO DO GRAU DE BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, OUTORGADA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ.

A CITAÇÃO DE QUALQUER TRECHO DESTA MONOGRAFIA É PERMITIDA, DESDE QUE SEJA FEITA DE CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ÉTICA CIENTÍFICA.

MONOGRAFIA APROVADA EM 28/06/95

Solange Maria dos Santos
SOLANGE MARIA DOS SANTOS
MATRÍCULA 9138382

Pretextato Mello
PRETEXTATO MELLO
PROFESSOR ORIENTADOR

Algodim
MEMBRO DA COMISSÃO

Gracatrans
MEMBRO DA COMISSÃO
Prof.ª. das Graças Arrais de Araújo
Coordenadora de Curso

FORTALEZA - JUNHO/1995

JAN 1971
BSFEAC
EP/1008
EP/10108
F82
b+802

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	03
1.1. BALANÇO PATRIMONIAL	04
1.1.1. Conceito e Finalidade	04
1.1.2. Estrutura	05
1.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO	26
1.2.1. Definição	26
1.2.2. Estrutura	26
1.3. DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	31
1.4. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	36
1.5. DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	38
1.5.1. Origens de Recursos	39
1.5.2. Aplicação de Recursos	41
1.5.3. Aumento ou Redução do Capital Circulante Líquido	42
1.5.4. Variações nos Componentes do Capital Circulante Líquido	43
1.6. Notas Explicativas	46
CAPÍTULO II - ANÁLISE	48
2.1. OBJETIVOS	48
2.2. MÉTODOS DA ANÁLISE	49
2.2.1. Análise Vertical	51
2.2.2. Análise Horizontal	52
2.2.3. Análise por Quociente	54
2.2.4. Análise de Origens e Aplicações de Recursos	55
2.3. CASO PRÁTICO	56
CAPÍTULO III - CONCLUSÃO	75
CAPÍTULO IV - BIBLIOGRAFIA	77

INTRODUÇÃO

A Contabilidade está evoluindo através de várias inovações determinadas por lei. Ela se constitui, atualmente, dos registros das transações realizadas por uma entidade, de forma ordenada e cronológica. Esses registros modificam a composição dos bens, direitos e obrigações pelo Ativo e Passivo de uma entidade.

A Contabilidade Geral estuda e organiza os registros inerentes aos fatos que surgem em consequência das relações entre a empresa e os recursos de terceiros, de modo a determinar o resultado econômico do exercício e o capital que tornou possível sua obtenção.

As contas de Ativo e Passivo com seus respectivos valores são apresentadas no final de cada exercício, através das Demonstrações Contábeis, onde as mesmas fornecem a situação econômica-financeira da empresa de forma a atender genericamente aos diversos interessados.

Uma empresa não pode ser competitiva se não possui um processo decisório, eficiente e seguro. Dentre as muitas variáveis em jogo na tomada de decisões, as informações extraídas da Contabilidade Geral revestem-se de particular importância, devido a sua complexidade e confiabilidade.

Com a finalidade de que os dados contábeis sejam utilizados de forma eficiente e prática por todos os que, por eles se interessam é necessário que a técnica de registros dos fatos da empresa obedeçam a regras precisas. Estas regras se desenvolvem ao longo do tempo e atualmente possuem definição clara e rigorosa.

O presente trabalho foi elaborado através de estudos e pesquisas sobre as Demonstrações Contábeis. Tem como objetivo transmitir informações que serão úteis na minha vida profissional, num futuro bem próximo.

A monografia teve como base essencial para conteúdo(dentro da extensão bibliográfica), a mais nova lei das Sociedades por Ações. O conteúdo fornece entendimentos e interpretação dos principais artigos que mencionam o assunto em pauta da citada lei.

Espero ter apresentado de forma correta as informações e dados obtidos pelos livros pesquisados e pelo período que permaneci na Universidade estudando o Curso de Ciências Contábeis, para que esta monografia seja fonte de estudo no meu futuro profissional.

I - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Relatório Contábil é a exposição resumida e ordenada de dados colhidos pela contabilidade. Objetiva relatar as pessoas que se utilizam da Contabilidade (usuários da contabilidade) os principais fatos registrados pela contabilidade em determinado período.

A) Disposições Gerais.

A lei 6.404/76 de 15/12/1976, estabeleceu, em seu Art. 176, que ao fim de cada exercício social a empresa fará elaborar, com base na estruturação financeira ou contábeis a seguir:

- I - Balanço Patrimonial;
- II - Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados;
- III - D R E;
- IV - DOAR.

As demonstrações serão complementadas por Notas Explicativas e outros quadros analíticos ou Demonstrações Contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercícios.

A.1. Regras Básicas de Apresentação.

a) as contas semelhantes poderão ser agrupadas e os pequenos saldos poderão ser agrupados desde que seja indicada a sua natureza e que não ultrapassem 10% do valor do

respectivo grupo de contas sendo vedado a utilização de designação genérica como “diversas contas ou contas correntes”.

b) as demonstrações devem indicar os valores correspondentes as demonstrações do exercício anterior (art. 177 - Lei 6.404/76).

A.2. Escrituração.

a) a escrituração terá registro permanente, obedecendo a legislação comercial, a lei 6.404/76 e os Princípios Fundamentais da Contabilidade. Os métodos ou critérios contábeis devem ser uniformes no tempo, as mutações devem ser registradas segundo o regime de competência.

b) quando houver modificação do método ou critério contábeis adotados, de efeitos relevantes, estes deverão ser indicados em notas explicativas e resultados sem efeitos.

c) as companhias abertas obedecendo também as normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, sendo obrigatoriamente auditadas por auditores independentes registrados na mesma comissão.

1.1. - Balanço Patrimonial

1.1.1. Conceito e Finalidade

É uma das Demonstrações Contábeis que deve exprimir de forma sintética e com clareza a situação do patrimônio da empresa em determinado momento. A situação

patrimonial, citada, é obtida através dos registros de atos e fatos contábeis no decorrer do exercício e dos acertos necessários feito no último dia útil do exercício social nas contas do Ativo (bens e direitos) e do Passivo (Obrigações e Patrimônio Líquido).

No Balanço deverá constar os valores das contas de dois exercícios consecutivos, para que os interessados na situação financeira da empresa possam analisar de forma comparativa, determinando as modificações durante o exercício. Deverá, ainda, acompanhar no balanço as mudanças ocorridas no sistema contábil durante o exercício.

1.1.2. Estrutura

O Balanço deverá ser levantado conforme algumas particularidades técnicas legais:

- Ajustes de contas;
- Encerramento das contas de receitas e de despesas;
- Elaboração das Demonstrações Contábeis e de Notas Explicativas.

Requisitos no Balanço Patrimonial:

↪ Cabeçalho - no cabeçalho do Balanço Patrimonial deverá constar:

- demoninação da empresa;
- título da demonstração(Balanço Patrimonial);
- data do encerramento do Balanço;

↪ Corpo - no corpo do Balanço deverá constar duas colunas:

- coluna da esquerda - Ativo;
- Coluna da direita - Passivo e Patrimônio Líquido.

↳ Colunas Comparativas: conforme determina a lei das sociedades por ações, as Demonstrações Contábeis deverão ser apresentadas em duas colunas: exercício atual e exercício anterior.

Esta exigência da lei facilita a análise das demonstrações, propiciando a comparação de, pelo menos, dois exercícios.

Grupo das contas do Balanço Patrimonial

<i>ATIVO</i>	<i>PASSIVO</i>
Circulante	Circulante
Realizável a Longo Prazo	Realizável a Longo Prazo
Permamente	Resultado de Exercícios Futuros
Investimento	Patrimônio Líquido
Imobilizado	Capital Social
Diferido	Reservas de Capital
	Reservas de Reavaliação
	Reservas de Lucros
	Lucros ou Prejuízos Acumulados

GRUPO DO ATIVO

No Ativo as contas são agrupadas na ordem decrescente do grau de liquidez, isto é, de acordo com a rapidez com que podem ser convertida em dinheiro.

ATIVO CIRCULANTE

Todas as contas de bens e direitos realizáveis até o final do exercício serão classificadas neste grupo.

A lei permite classificar as contas do Ativo Circulante de acordo com o ciclo operacional da empresa, se por acaso for maior que doze meses. O ciclo operacional será o tempo gasto para fabricação e comercialização dos produtos ou a comercialização das mercadorias.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Ativo Circulante se divide nos seguintes subgrupos:

Disponível - É o numerário existente em caixa e em banco de livre movimentação.

Os títulos de livre circulação, também serão classificados no Disponível do Grupo Ativo Circulante, desde que tenham liquidez imediata na Bolsa de Valores.

Realizável a Curto Prazo - Os direitos serão classificados de acordo com o grau de liquidez, tendo em primeiro lugar as contas de clientes, oriundas das vendas a prazo de produtos e mercadorias, com vencimentos até o final do exercício seguinte.

Sendo retificadas pelas contas de duplicatas descontadas e de provisão para devedores duvidosos.

A conta "Duplicatas Descontadas" é representada pelas duplicatas endossadas e enviadas a um banco, transferindo ao mesmo o direito sobre as duplicatas, e recebendo em troca o valor do título deduzido das despesas incidentes. Quando as duplicatas são pagas, o banco manda um aviso, para que a empresa possa deduzir o valor do saldo da conta.

Enquanto que a conta "Provisão para Devedores Duvidosos" é criada para prever alguma perda na realização dos títulos de créditos. Esta conta também pertencente ao resultado do exercício como despesa operacional, pois sempre está relacionada com a atividade da empresa.

Para constituir a provisão de acordo com a regulamentação do imposto sobre a renda, deverá obedecer os seguintes critérios (art. 167, Decreto nº 76186/75):

- total de créditos à receber deduzidos dos créditos com garantia real, dos créditos falidos e os créditos concordatários multiplicados pelo percentual maior entre os 3% estipulado pela legislação ou pelo percentual máximo aos três últimos exercícios encontrado através da divisão dos créditos não liquidados com créditos liquidados;

- poderá ser adicionado ao resultado encontrado, o valor que não entrou na proposta dos créditos falidos. Todos os créditos concordatários e falidos devem ser habilitados para que possam entrar nos cálculos desta provisão.

Quando os créditos provisionados são considerados como créditos incobráveis, deverão ser debitados na conta "Provisão para Devedores Duvidosos" e creditados na "Contas a Receber". Mas se o valor de créditos incobráveis forem maior que os créditos provisionados o excedente será classificado como despesa operacional.

A empresa não é obrigada a provisionar as prováveis perdas só pelo valor que a legislação permite. Poderá provisionar valor maior se houver necessidade, contanto que na apuração do lucro real (base de cálculo para provisão para imposto de renda) seja adicionado o valor excedente., caso a empresa provisione a menor, não poderá fazer alterações a seu favor na apuração do lucro real.

Também poderão ser classificados neste subgrupo as contas de Títulos e Valores Mobiliários com prazo fixo, vencendo até o final do exercício seguinte, devendo esses títulos serem de fácil revenda. Um exemplo desses títulos, são as "Ações Nobres", de livre negociação no mercado, onde o objetivo de adquiri-la, é que na primeira oportunidade de lucro possa vendê-la.

Poderá vir retificando essa conta, a provisão para ajustes de títulos mobiliários, desde que no momento de encerramento do exercício o valor de mercado seja menor do que o valor de aquisição.

Como vimos, todas as contas que poderão se realizar até o final do exercício seguinte, são classificadas neste subgrupo.

Outros exemplos de direitos realizáveis a curto prazo:

- adiantamento a fornecedores;
- adiantamentos a empregados;
- impostos e taxas recuperáveis;
- títulos a receber (letra de câmbio, nota promissória e outros);
- banco com visculadas(garantia de empréstimos);
- e outros.

Estoques - Em análise, é reconhecido para os estoques menor grau de conversabilidade do que os valores recebíveis a curto prazo. Por outro lado, os estoques possuem maior facilidade de conversão em numerário do que os valores pertinentes ao Ativo Realizável a Longo Prazo e Permanente.

Os estoques podem ser de cinco espécies:

- ☒ Matérias - primas;
- ☒ Produtos em Elaboração(em fabricação);
- ☒ Produtos Elaborados (ou acabados);
- ☒ Mercadorias para Revenda;
- ☒ Materiais de Consumo(conserv.,limpeza,expediente,etc).

De acordo com o Art. 183, II da Lei 6.404/76, o estoque de matérias-primas, secundárias e produtos em elaboração são avaliadas pelo custo de aquisição, podendo ter a conta retificada "Provisão para Ajustes de Estoques", para apurar provável perda devido o valor de aquisição ser maior que o valor de mercado na ocasião do encerramento do Balanço.

Já os estoques de produtos e mercadorias para revenda são avaliados pelos métodos: Média Ponderada (o custo das saídas de produtos e mercadorias são calculados pela média das entradas); PEPS (o primeiro produto ou mercadoria adquirida para estoque deverá ser o primeiro a sair).

Os estoques estão envolvidos com as principais áreas de atuação das empresas, envolvendo problemas de administração, controle, contabilização e avaliação, ou seja, varia conforme o objetivo social da empresa.

Despesas Antecipadas - As despesas antecipadas, desde que apropriáveis a custos do exercício seguinte, tendo por base o Balanço Patrimonial, classificam-se no Ativo Circulante segundo norma da Lei nº 6.404/76.

Em termos de balancete mensal, serão classificadas no Ativo Circulante, subgrupo Despesas Antecipadas Apropriáveis, as despesas antecipadas que serão consideradas custos ou despesas operacionais no curso de 12(doze) meses seguintes.

É o pagamento efetuado antes de ocorrer a contra-partida do serviço ou do produto. Citam-se como exemplos típicos, os prêmios de seguros antecipados, o pagamento antecipado de aluguel, despesas financeiras antecipadas, gastos industriais a apropriar ao custo de produção do exercício seguinte etc.

ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

De acordo com o disposto no Art. 179, II, da Lei nº 6.404/76, são classificados no Ativo Realizável a Longo Prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas, diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia.

Alguns exemplos típicos: As duplicatas de clientes emitidas pela empresa vencíveis após doze meses serão classificadas neste grupo; Os títulos e valores mobiliários também serão classificados neste grupo, se seus vencimentos forem após doze meses da data da emissão ou quando sua negociação for difícil no mercado; Os empréstimos ou adiantamentos as sociedades coligadas ou controladas, independentemente de vencimentos, mas que não estejam ligadas com o objetivo da empresa e os empréstimos efetuados a participantes do lucro serão classificadas neste grupo.

Na ordem de apresentação preconizada pela lei, o Realizável a Longo Prazo é o segundo grupo de contas do ativo.

ATIVO PERMANENTE

O grupo Ativo Permanente classifica-se em três subgrupos, a saber:

- ✓ Investimentos
- ✓ Ativo Imobilizado
- ✓ Diferido

✓ Investimentos

As participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza não classificáveis no Ativo Circulante ou que não se destinem, especificamente, à manutenção da atividade básica ou principal da empresa, serão considerados no subgrupo Investimentos, do Ativo Permanente, segundo normas prescritas no art. 179, III, da Lei 6.404/76.

A classificação contábil de qualquer aplicação de recursos no subgrupo Investimentos será determinada por duas condições básicas:

- investimento em caráter permanente (intenção);
- não destinar-se ou não ser necessário a manutenção da atividade fundamental da empresa, segundo o objeto previsto em estatuto ou contrato social;
- ser considerada a aplicação como relevante ou significativa.

De acordo com essas condições básicas, previstas em lei, os imóveis para renda podem ser classificados nesse subgrupo do Ativo Permanente.

O principal investimento classificado é as participações em sociedades coligadas e controladas, onde existe subcontas relacionadas com o investimento realizado em sociedades coligadas e controladas. São as seguintes:

- Custo de Equivalência Patrimonial;
- Ágio ou Deságio na Aquisição de Investimentos;
- Participações na Reavaliação de bens de Sociedades Coligadas e Controladas.

Entre as subcontas citadas, a mais importante é o Custo pela Equivalência Patrimonial, pois essa conta registra sua correção monetária, o aumento do valor do investimento relevante em sociedades coligadas e controladas e a diminuição do saldo existente na conta pelo recebimento de dividendos pagos por sociedades coligadas e controladas.

Como caráter do Ativo Permanente, as contas classificadas neste subgrupo deverão ser corrigidas monetariamente, fazendo um aumento nas contas e tendo como contra-partida Resultado da Correção Monetária.

✓Imobilizado

São classificados no subgrupo Imobilizado todos os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção da atividade econômica da empresa, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os de propriedade industrial ou comercial.

Quando a Lei conceitua os bens imobilizados como direitos, ela está emprestando a essa expressão um sentido amplo. Direitos, para Lei 6.404/76, abrangem os bens tangíveis,

considerados como instrumento de produção, administração e comercialização, assim como os direitos propriamente ditos (bens intangíveis).

Na data em que for levantado o Balanço Geral, serão efetuados os ajustes de correção monetária sobre os elementos que compõem o Ativo Imobilizado, inclusive as contas retificativas: depreciação acumulada, amortização acumulada e exaustão acumulada.

Os acréscimos resultantes do ajuste de correção monetária de elementos positivos e retificativos do Ativo Imobilizado serão acrescidos aos saldos das respectivas contas e, em contrapartida, creditados ou debitados, conforme o caso, em conta transitória Resultado de Correção Monetária, conforme dispõe a art. 185, alínea a e Parágrafo 3º, da lei 6.404/76.

Para efeito de análise, recomenda-se o desdobramento do subgrupo Imobilizado, do Ativo Permanente, em:

- Imobilizações Tangíveis: são os bens de existência própria, ou seja, os bens visíveis, onde sua classificação é de acordo com a sua natureza e pela taxa de depreciação, o valor depreciado dos bens durante vários exercícios será classificado numa carta retificativa denominada de Depreciação Acumulada;
- Imobilizações Intangíveis: são os direitos que não podem ser vistos, mas possuem um valor e são essenciais à manutenção da atividade da empresa. Ex: patentes, direitos autorais, marcas, etc;
- Imobilizações em Curso: são os bens em processo de formação, onde seu custo de aquisição ou fabricação deverão ser corrigidos monetariamente, e terão o direito de não ser depreciado, devido não estar em funcionamento.

✓ Diferido

Serão classificadas no ativo Diferido as aplicações de recursos que possam contribuir para a formação do resultado de mais de um exercício, inclusive os juros pagos ou creditados aos acionistas durante o período que anteceder o início das operações sociais.

Os recursos aplicados no Ativo Diferido serão amortizados periodicamente, em prazo de dez anos a partir do início da operação normal da empresa, para contas de resultado, mas se for o caso de abandono do empreendimento não justificado, as despesas aplicadas que poderiam contribuir para formação de mais de um exercício, o saldo não amortizado será considerado como perda de capital.

Como todo Ativo Permanente deverão ser corrigidos monetariamente as contas classificadas no subgrupo Diferido. Mas quando se tratar da conta Correção Monetária Pré-fixada, quer o empreendimento esteja em fase de implantação ou em fase de operação com execução de projeto de melhoramento, o saldo dessa conta não será corrigido e o mesmo só será corrigido se for transferido para outra conta, mesmo que seja no Ativo Diferido, este processo está de acordo com o Princípio da Competência.

GRUPO DO PASSIVO***PASSIVO CIRCULANTE***

As obrigações assumidas pela empresa serão classificadas no Passivo Circulante se o vencimento for no exercício seguinte ao do encerramento do Balanço Geral.

As contas do grupo Passivo Circulante serão compostas pelas obrigações, encargos e riscos, conhecidas ou calculáveis, inclusive o Imposto de Renda com base no exercício, serão computadas pelo valor atualizado até a data do Balanço, pelas obrigações em moeda estrangeira e em moeda nacional através de taxa de câmbio em vigor na data do Balanço, e pelas obrigações sujeitas a correção na data do encerramento do Balanço.

Todas as contas sujeitas a correção cambial e a correção monetária, terão seus ajustes realizados na data do encerramento do Balanço, para que possam dar sentido mais real nas contas classificadas nos grupos Passivo Circulante e Passivo Exigível a Longo Prazo.

PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Se as obrigações tiverem vencimento em prazo após término do exercício seguinte serão classificadas no Passivo Exigível a Longo Prazo.

O Passivo Exigível a Longo Prazo é geralmente constituído pelas seguintes contas: empréstimos e financiamentos, debêntures, retenções contratuais, provisões para imposto de renda, provisão para reajustes de partes beneficiárias, provisão para riscos fiscais e outros passivos contingentes.

As contas deste grupo, como já vimos, são avaliadas pelos mesmos critérios de avaliação do grupo Passivo Circulante.

RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Prescreve o art. 181, da Lei nº 6.404/76, norma sobre Resultado de Exercícios Futuros, dispondo:

Serão classificadas como Resultados de Exercícios Futuros, as receitas de exercícios futuros, diminuídas dos custos e despesas a elas correspondentes. Ou seja, admite registrar nesse grupo as receitas recebidas antecipadas deduzidas do seu respectivo custo. Através de contrato obriga a empresa concluir a construção de imóveis, a fabricação de máquinas e os serviços prestados.

Quase todas as instituições financeiras não admitem este grupo para classificar suas receitas antecipadas, geralmente classificam nos grupos do Passivo Circulante e exigível a Longo Prazo, devido facilitar a interpretação dos demonstrativos financeiros.

A lei não determina como deve ser provisionado o custo de exercícios futuros, a maioria das empresa que utilizam esta conta, provisiona seu custo em proporção de recebimentos anteriores por exemplo uma empresa, que tem experiência em apurar resultados de exercícios futuros obtêm nesse exercício uma receita de duzentos reais, e seu custo é calculado com base nos lucros anteriores que se estabelecem numa média de 30%.

Obviamente a média de seus custos orçados anteriormente é de 70%, então nesse exemplo os custos orçados para exercícios futuros será de 70% da receita total que equivale a cento e quarenta reais.

Essas receitas e seus respectivos custos serão apropriados para contas de resultados nos exercícios pertencentes.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A diferença positiva entre Ativo e Passivo, corresponde à substância líquida do patrimônio, ou seja, Patrimônio Líquido. É também denominado como Capital Próprio devido a origem de seus recursos estarem ligados ao capital social subscrito pelos seus sócios e pelos resultados das operações realizadas na empresa.

De acordo com as normas da Lei nº 6.404/76, o Patrimônio Líquido será constituído dos componentes seguintes:

- a) Capital Social;
- b) Reservas de Capital;
- c) Reservas de Reavaliação;
- d) Reservas de Lucros;
- e) Resultados Acumulados (Lucros ou Prejuízos Acumulados);
- f) Ações em Tesouraria.

CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da empresa pode ser considerado sob aspectos distintos, a saber: Capital Social Autorizado, Subscrito, a Realizar e Realizado.

O Capital da empresa é subscrito pelos acionistas, que o integram no decorrer dos exercícios, a parte que não foi integrada será um elemento retificativo do Capital Subscrito denominado “Capital a Integralizar”.

Consoante disposto no art. 168 da Lei nº 6.404/76, o estatuto da companhia pode prever a autorização para os administradores procederem a aumento do Capital Social, independentemente da reforma estatutária, recebendo a codificação de Capital Social Autorizado. Esta autorização e o limite da mesma deverão constar no estatuto e será corrigido anualmente pela Assembléia Geral com base nos métodos adotados para corrigir o Capital Social. Este capital não será demonstrado no Balanço, deverá constar nas Notas o seu valor, os tipos e classe de ações, sua correção monetária e tudo o que estiver relacionado com ele.

O Capital Social Subscrito é parte do Capital Social Autorizado subscrita pelos acionistas.

As ações, conforme a natureza dos direitos e vantagens conferidas a seus possuidores, são:

- a) ordinárias: são ações que dão direito a voto;
- b) preferenciais: são ações que dão prioridade no recebimento de dividendos, e normalmente não dão direito de voto. Não poderá ultrapassar dois terços das ações emitidas as ações preferenciais restritas ao direito de voto;
- c) fricção: são as ações emitidas em substituição de ações integralmente amortizadas, nas condições definidas pelo estatuto ou pela Assembléia Geral que deliberar a amortização.

Quanto a forma as ações podem ser:

nominativas - são as ações que expressam o nome do titular, serão obrigatórias até ser pago valor integral;

RESERVA DE CAPITAL

O aumento de valor em qualquer elemento do Ativo, não sendo proveniente do resultado econômico da empresa, pode gerar a formação de Reserva de Capital.

Segundo prescreve o art. 182, § 1º e 2º, da lei das Sociedades por Ações, as Reservas de Capital serão constituídas por contas que expressem:

- ágio com contribuição de subscritores de ações com valor nominal;
- ágio como contribuição de subscritores de ações sem valor nominal;
- produto da alienação de partes beneficiárias;
- produto da alienação de bônus de subscrição;
- prêmios recebidos por emissão de debêntures;
- doação de bens;
- subvenção para investimentos.

Será ainda classificado como Reserva de Capital o Resultado da Correção Monetária do Capital Social Realizado, enquanto não capitalizado.

Independentemente desses tipos de Reservas de Capital, previstos na Lei das Sociedades por Ações, há outras determinadas pela legislação do imposto sobre a renda, cumprindo mencionar:

- Reserva de Correção Monetária do Ativo Imobilizado(enquanto existir saldo do produto da correção monetária precedida nos elementos do Ativo Imobilizado de acordo com a antiga legislação);
- Reserva de Manutenção do capital de Giro(enquanto existir saldo do produto da correção monetária do Capital de Giro de acordo com a antiga legislação);

- Reserva Especial de Florestas em Formação;
- Reserva de Isenção e Redução do Imposto de Renda;
- Reserva de AFRMM - Adicional ao frete para Renovação da Marinha Mercante.

RESERVA DE REAVALIAÇÃO

Somente será classificada como Reserva de Reavaliação a contrapartida de aumento de valor atribuído a componente do Ativo em virtude de nova avaliação com base em laudo de avaliação firmado pôr três peritos ou empresa especializada, desde que aprovado pela Assembléia Geral, nos termos do art.8º da Lei 6.404/76.

Não se deve confundir Reserva de Reavaliação de bens com a correção monetária de elementos do Ativo. O processo de reavaliação resulta novo valor para o elemento do Ativo, enquanto que a correção monetária reflete mera atualização do valor nominal, em virtude da desvalorização do poder aquisitivo da moeda.

RESERVAS DE LUCROS

São constituídas através do Resultado Líquido do Exercício, ou seja, é a proposta da administração referente a destinação do lucro obtido no exercício já aprovada pela Assembléia Geral.

As Reservas de Lucros abrangem os tipos seguintes:

RESERVA LEGAL - Primeira Reserva a ser constituída, tendo como finalidade assegurar a integridade do Capital Social e poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou para aumento de capital.

Será constituída anualmente, mediante retenção de cinco por cento do Lucro Líquido do Exercício até o limite de vinte por cento do Capital Social Realizado corrigido monetariamente.

Poderá deixar de ser constituída, se seu valor adicionado a Reserva de Capital, exceto a reserva de Correção Monetária do Capital Realizado, for superior a trinta por cento do Capital Realizado atualizado monetariamente.

RESERVA ESTATUTÁRIA - Só poderá ser constituída se no estatuto vier determinando o limite máximo para sua constituição, a sua finalidade precisa e clara, e fixar os critérios para determinação da parcela anual do Lucro Líquido do Exercício que dever ser destinada para sua constituição.

RESERVA PARA CONTIGÊNCIA - Segundo o disposto no art. 195 da lei das Sociedades por Ações, a Assembléia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar parte do lucro líquido à formação de Reserva com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado.

Poderá ser revertida para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados se as justificativas que levaram a constituição da reserva deixarem de existir (Art.202. Lei das Sociedades por Ações).

RESERVAS PARA PLANO DE INVESTIMENTOS - O Art. 196 da Lei 6.404/76 prevê a destinação de parcela do Lucro Líquido do exercício para atender a execução de investimentos relacionados com o orçamento de capital da empresa, previamente aprovado pela Assembléia.

RESERVAS DE LUCROS A REALIZAR - É constituída do excesso dos Lucros a Realizar no exercício deduzidos do total de Reservas de Lucros.

São considerados como Reservas de Lucros a Realizar, as seguintes situações:

- saldo credor da conta Resultado da Correção Monetária computado nesse exercício;
- aumento do valor do investimento em sociedades coligadas e controladas;
- o lucro em vendas a prazo realizadas após o término do exercício seguinte.

RESULTADOS ACUMULADOS

É registrado na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados, constituindo o resultado líquido do exercício. Nesta mesma conta deverão ser adicionado o resultado que não foi destinado a distribuição como reservas e dividendos do exercício, caso já exista saldo na conta supracitada.

Já se o resultado retratar uma situação de prejuízo e não for alocada nas contas de Lucros Acumulados e Reservas, este deverá ser absorvido pela conta como elemento retificativo.

AÇÕES EM TESOURARIA

Conta classificada no Balanço Patrimonial como redutora do grupo Patrimônio Líquido. Representa as ações adquiridas pela própria sociedade. As ações adquiridas devem

ser contabilizadas nessa conta pelo seu valor de custo de aquisição. O valor da mesma não poderá ultrapassar o saldo existente nas contas de Reservas e de Lucros Acumulados, exceto a Reserva Legal.

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 19X2 E 19X1

ATIVO	19X2	19X1	PASSIVO	19X2	19X1
CIRCULANTE	<u>X</u>	<u>X</u>	CIRCULANTE	<u>X</u>	<u>X</u>
Disponível			Fornecedores	X	X
Caixa	X	X	Financiamento em Moeda Nacional		
Bancos conta Movimento	X	X	Obrigações Sociais e Tributárias	X	X
Crédito			Provisão para Imposto de Renda		
Contas a Receber	X	X	Dividendos a Pagar	X	X
(-) Duplicatas Descontadas	(X)	(X)	Outras Contas a Pagar	<u>X</u>	<u>X</u>
(-) Provisão p/Devedores Duvidosos	(X)	(X)			
Títulos e Valores Mobiliários	X	X	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	<u>X</u>	<u>X</u>
Outros Créditos	X	X	Financiamento em Moeda Estrangeira	X	X
Estoques			Outras Exigibilida	<u>X</u>	<u>X</u>
Mercadorias para Revenda	X	X			
Almoxarifado	X	X	RESULTADOS DE EXERC. FUTUROS.....	<u>X</u>	<u>X</u>
Despesas do Exercício Seguinte			Receitas de Exercícios Futuros	X	X
Despesas Antecipadas	<u>X</u>	<u>X</u>	(-) Custos e Despesas Atribuídas às Receitas	<u>X</u>	<u>X</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	(X)	(X)			
Contas a Receber de Coligadas			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>X</u>	<u>X</u>
Empréstimos a Diretores e Acionistas	<u>X</u>	<u>X</u>	Capital Social		
			Capital Integralizado	X	X
PERMANENTE	<u>X</u>	<u>X</u>	RESERVA DE CAPITAL		
Investimentos			Correção Monetária do Capital	X	X
Participações em Empresas Coligadas	X	X	RESERVAS DE LUCROS		
Imobilizado			Reserva Legal	X	X
Valor Corrigido			LUCROS ACUMULADOS	<u>X</u>	<u>X</u>
(-) Depreciação Acumulada	(X)	(X)			
Diferido					
Despesas Pré-operacionais	X	X			
(-) Amortizações Acumuladas	(X)	(X)			
TOTAL DO ATIVO	X	X	TOTAL DO PASSIVO	X	X

1.2. -DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

1.2.1. - Definição

A Demonstração do Resultado do Exercício é a apresentação, em forma resumida, das operações realizadas pela empresa, durante o exercício social, demonstrada de forma a destacar o resultado líquido do período.

É um demonstrativo da maior importância Patrimonial, por demonstrar o resultado (lucro ou prejuízo) do exercício adquirido através de registros de todas as Receitas e Despesas relacionadas ou não com o objetivo social da empresa.

1.2.2. Estrutura

De acordo com os artigos 187 e 197, da lei das Sociedades por Ações, o demonstrativo deverá ser analisado de forma comparativa facilitando sua interpretação.

Sua estrutura se compõe, de acordo com as disposições da Lei 6.404/76, das receitas computadas durante o exercício, oriundas de vendas de produtos, mercadorias ou de serviços, deduzidas dos impostos incidentes, devoluções e abatimentos concedidos. Desse resultado obteremos a Receita Operacional Líquida.

A Receita Operacional Líquida será diminuída dos respectivos custos, de produtos vendidos, mercadorias vendidas, ou serviços vendidos. esses custos são avaliados pela maioria das vezes pelo custo de aquisição ou pelos métodos (média e Peps).

O valor positivo desse resultado será denominado de Lucro Operacional Bruto, onde serão deduzidas as despesas operacionais.

Essas despesas estão ligadas diretamente com a realização da atividade principal da empresa, serão constituídas pelas despesas comerciais, administrativas, financeiras e outras de natureza operacional.

As despesas financeiras que compõem as despesas operacionais, são consideradas como líquidas, pois o valor correspondente é o resultado positivo da diferença entre as despesas financeiras com as receitas do exercício.

As despesas operacionais são todas as despesas que contribuem para manutenção da atividade operacional da empresa.

a) **As despesas de vendas** abrangem desde a promoção do produto até a sua colocação junto ao consumidor, bem como os riscos assumidos pela venda, constando as despesas com o pessoal da área de vendas, "marketing", distribuição, comissões sobre vendas, propagandas e publicidade, estimativa de perdas com duplicatas, derivadas de vendas a prazo (provisão para devedores), etc.

b) **As despesas administrativas** representam os gastos necessário para administrar a empresa, de maneira geral, são gastos nos escritórios, depreciação de móveis e utensílios, salários e encargos do pessoal administrativo, despesas legais e judiciais, honorários da administração etc.

As despesas administrativas se constituem de várias atividades gerais que beneficiam todas as fases do negócio ou objeto social.

c) **As despesas financeiras** nascem comumente das operações de empréstimos ou financiamentos que a empresa ou sociedade toma para obter meios de pagamento de suas obrigações.

As despesas financeiras são as remunerações aos capitais de terceiros, tais como: juros pagos ou incorridos, comissões bancárias, correções monetárias pré-fixadas sobre empréstimos, descontos concedidos, juros de mora pagos, etc.

Essas despesas devem ser compensadas com as receitas financeiras.

Variações Monetárias

As variações monetárias decorrentes da avaliação de obrigações a pagar, por ocasião do encerramento do exercício ou no ato de sua liquidação embora sejam despesas financeiras, deverão ser destacadas como um sub-grupo da conta sintética, por força ou pela obrigação do ajuste.

→ As variações monetárias serão deduzidas do lucro quando houver perda monetária e somadas ao lucro quando houver ganho monetário.

As despesas e receitas não operacionais, não relacionadas com o objetivo do negócio da empresa englobam os ganhos e perdas de capital, os resultados na alienação, inclusive por desapropriação na baixa por aparecimento, extinção, desgaste, ausência ou exaustão, ou na liquidação dos bens do Ativo Permanente.

Apuração do lucro depois do imposto de renda.

Será constituído provisão para imposto de renda deduzindo-se a provisão para imposto de renda no lucro final.

Calcula-se (provisão) o valor do imposto de renda a pagar e deduzir-se tal valor do lucro antes do imposto de renda.

A base de cálculo para o imposto de renda não é exatamente o lucro apurado pela contabilidade, mas aquele lucro ajustado conforme os dispositivos da legislação do imposto de renda, denominado lucro real ou seja lucro tributável, tendo apuração no Lalur.

Acha-se o lucro real através da seguinte fórmula: Lucro antes do imposto de renda + inclusões - exclusões.

Lucros Líquidos

Do lucro final depois do imposto de renda será destinada uma parte para debêntures, empregados, administrativas, titulares das partes beneficiárias, fundação de empregados, se essas participações estiverem previstas no estatuto do contrato.

Após essas deduções, encontra-se o lucro líquido que é sobra líquida a disposição dos sócios ou acionistas.

As partes estatutárias de debêntures, de empregados, administradores e partes beneficiárias, serão determinadas sucessivamente depois e nessa ordem, com base nos lucros que remanecerem depois de deduzida a participação anteriormente calculada.

Lucro Líquido por Ação

Após deduzidas do resultado as participações e contribuições, o que permanecer é lucro líquido. O lucro líquido se divide pela quantidade de ações em que está dividido o capital da empresa, para se obter o lucro líquido por ação do capital.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 19X2 E 19X1**

	DISCRIMINAÇÃO	19X2	19X1
A	RECEITA OPERACIONAL BRUTA	X	X
	Receita de Mercadorias	X	X
	Receita de Serviços	X	X
B	DEDUÇÕES DAS RECEITAS	X	X
	Impostos Operacionais(ICM, PIS, ISS, FINSOCIAL)	X	X
	Abatimentos e Descontos Incondicionais	X	X
C	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA = A - B	X	X
D	CUSTOS OPERACIONAIS	X	X
	Custos de Mercadorias Vendidas	X	X
	Custo dos Serviços Prestados	X	X
E	RESULTADO BRUTO = C - D	X	X
F	DESPESAS OPERACIONAIS	X	X
	Despesas com Vendas	X	X
	Despesas Administrativas	X	X
	Honorários da Administração	X	X
	Despesas Financeiras	X	X
	(-) Receitas Financeiras	(X)	(X)
	Outras Despesas Operacionais	X	X
G	RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO = E - F	X	X
H	RECEITAS NÃO-OPERACIONAIS	X	X
I	DESPESAS NÃO-OPERACIONAIS	(X)	(X)
J	RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	X	X
K	RESULTADO ANTES DA C.M. E I.R. = G + H - I +/- J	X	X
L	RESULTADO DA CORREÇÃO MONETÁRIA	(X)	(X)
M	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO = K +/- L	X	X
N	PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	X	X
O	RESULTADO LÍQUIDO APÓS IMPOSTO DE RENDA = M - N	X	X
P	PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	X	X
	Part. de Debêntures	X	X
	Part. de Empregados	X	X
	Part. de Titulares de Partes Beneficiárias	X	X
	Cont. para Fundo de Assist. e Empregados	X	X
Q	RESULTADO FINAL DO EXERCÍCIO = O - P	X	X
Resultado Líquido por Ação do Capital Social = Q / n° de ações			

1.3. - DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

Este demonstrativo apresenta as modificações realizadas na conta de Lucros/Prejuízos Acumulados no decorrer do exercício, também é demonstrado os valores do exercício anterior para que seja avaliado de forma comparativa.

Os principais elementos que deverão se sobressair na demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, são os seguintes:

a) O Saldo Inicial de Lucros ou Prejuízos Acumulados - esse resultado é o saldo existente da conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados pertencentes ao grupo do Patrimônio Líquido no final do exercício anterior.

Como já vimos, esse saldo se compõem dos lucros à disposição da Assembléia Geral, pois não foram distribuídos como reservas e nem como dividendos ao longo dos exercícios;

b) Ajustes de Exercícios Anteriores - são os ajustes realizados durante o exercício, referente a mudança do sistema contábil ou pela computação de erros nas contas de exercícios anteriores que não podem ser atribuídos nos exercícios seguintes.

É aconselhável manter essa conta transitória denominada de Ajustes de Exercícios Anteriores, para corrigir os erros encontrados nos elementos patrimoniais.

Essa conta será encerrada no final do exercício, sendo transferido seu valor para Lucros ou Prejuízos Acumulados;

c) Correção Monetária do saldo Inicial - de acordo com o Artigo 185, da Lei das Sociedades por Ações, serão feitos os ajustes de correção monetárias dos elementos do Ativo Permanente e Patrimônio Líquido em cada exercício.

O valor da correção será acrescido na conta que sofre o ajuste e terá como contrapartida uma conta de resultado que denominará de “Resultado da Correção Monetária”, o saldo existente nesta conta no final do exercício será apresentada na Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados. No encerramento do Balanço será transferido para a conta de Resultados Acumulados;

d) Reversão de Reservas - as Reservas para Contingências e a Reserva de Lucros a Realizar são as únicas que poderão ser transferidas para conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Esse fato ocorre quanto a razão que foi proposta para constituição da Reserva para Contingência deixar de existir. Já no caso da Reserva de Lucros a Realizar, será revertida à medida em que for se realizando os lucros no exercício.

e) Destinação aprovada durante o Exercício - em algumas empresas, devido às leis especiais ou disposições estatutárias, elaboram dois Balanços por ano, sendo as datas dos Balanços gerais em 30/06 e 31/12.

Quando for elaborada a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados no final do exercício, será considerada como destinação aprovada durante o Exercício, os dividendos distribuídos por proposta da administração que terão seus valores com base no Balanço Geral realizado em trinta de junho.

Também será considerado como destinação aprovada durante o exercício, o valor incorporado ao Capital Social relativo aos Lucros Acumulados;

f) Destinação proposta às Assembléias, inclusive Dividendo Obrigatório - no final da Demonstração de Resultado do Exercício é encontrado o resultado líquido do exercício que é transferido para conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados, até que a administração

proponha sua destinação para a Assembléia Geral, obviamente que esta proposta só ocorrerá se o resultado for lucro.

De acordo com as normas da lei, a destinação do lucro proposto pela administração poderá ser apresentada na Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados se for aceita pela Assembléia Geral. As propostas da administração poderão ser as seguintes:

- Reservas: são constituídas exclusivamente dos lucros obtidos durante o exercício(ver no Capítulo 1 - Balanço Patrimonial):

. Reserva Legal;

. Reserva Estatutária;

. Reserva para Contigência;

. Reserva para Plano de Investimento;

. Reserva de Lucros a Realizar.

- dividendos obrigatórios: é o valor determinado por acionistas no estatuto da companhia, onde deverá fixar os critérios para cálculo dos dividendos que os acionistas têm direito, desde que os acionistas majoritários e os órgãos da administração não resolvam todas as divisões sem a opinião dos demais acionistas.

A partir da lei nº 6.404/76, a maioria das empresas tem definido em seu estatuto no percentual de 25%, pois no artigo 202, da citada lei, obriga as empresas a fixar o percentual para cálculo do dividendo obrigatório no mínimo de 25% do lucro ajustado;

- dividendo por ação: É obrigado apresentar o valor do dividendo por ação do Capital Social, conforme cita o Artigo 186, da Lei das Sociedades por Ações.

Essa informação é de grande valia para os investidores de companhias de capital aberto, pois serve como ponto de referência, por influenciar bastante o valor da ação no mercado.

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS
ACUMULADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 19X2 E 19X1

DISCRIMINAÇÃO	19X2	19X1
SALDO INICIAL	X	X
Ajustes de Exercícios Anteriores		
Complemento Provisão para Imposto de Renda		(X)
Complemento Provisão para Férias		(X)
Retificação Erros Exercícios Anteriores		(X)
Estorno Excesso Provisão para Imposto de Renda	X	
REVERSÃO DE RESERVAS	X	X
CORREÇÃO MONETÁRIA	X	X
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	X	X
Destinação do Lucro Líquido		
Reserva Legal	(X)	(X)
Reserva para Aumento de Capital	(X)	
Participação Empregados	(X)	(X)
Participação Diretores	(X)	(X)
Dividendo (R\$ 0,10 por ação em 19x2 e 19x1)	(X)	(X)
SALDO FINAL	X	X

1.4. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Segundo estabelece o art. 186, § 2º, da Lei nº 6.404/76, a companhia poderá, por opção, elaborar e publicar a Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, ao invés da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

A Demonstração das Mutações visa analisar as modificações sofridas nos saldo das contas do Patrimônio Líquido durante o exercício, assim como a alteração de seu total, confrontadas as posições de início e fim do referido período.

Existem dois tipos de operações que movimentam as contas patrimoniais:

↳ Itens que alteram o Patrimônio Líquido Total: São as operações que contabilmente movimentam contas do patrimônio, tendo a contrapartida contas situadas fora do Patrimônio Líquido, podendo ocorrer as seguintes situações:

- Aumentos no Patrimônio Líquido:

por subscrição e integralização de capital; pelo lucro líquido do exercício; pelas correções monetárias das contas do Patrimônio Líquido; por reavaliação dos ativos; por doações e subvenções para investimentos; pelo ágio na colocação das ações; por prêmio na emissão de debêntures; por ajuste de exercícios anteriores; pela venda de ações próprias que estavam em tesouraria.

- Reduções no Patrimônio Líquido:

por dividendos; pelo prejuízo líquido do exercício; pela compra de ações próprias; por ajuste de exercícios anteriores.

↳ Itens que não alteram o Patrimônio Líquido Total: São as operações que contabilmente movimentam contas apenas dentro do Patrimônio Líquido, ou seja, há simultaneamente um débito e um crédito em contas patrimoniais, modificando os saldo das contas envolvidas sem, no entanto, alterar o valor total do patrimônio. Exs: aumento de capital com utilização de lucros e reservas; formação de reservas (legal, de lucros a realizar, de contingências e outras), com apropriação de lucros acumulados.

1.5. DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

A Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos tem por objetivo indicar, num dado momento, as modificações ocorridas na posição financeira da empresa.

A Lei 6.404/76 define essas modificações ocorridas na posição financeira como indicativos das mudanças ocorridas no Capital Circulante Líquido da empresa, confrontando-se dois Balanços patrimoniais de início e final de período ou exercício.

Capital Circulante é a nova expressão de capital de giro e resulta da diferença, positiva ou negativa, entre Ativo Circulante e Passivo Circulante.

Quando a diferença entre Ativo Circulante e Passivo Circulante for positiva, diz-se que o Capital Circulante é próprio. Em caso contrário, será Capital Circulante de Terceiros, ou simplesmente, negativo.

O Ativo Circulante demonstra, num dado momento, os meios financeiros aplicados em fatores de produção e de comercialização visando atingir os objetivos sociais da empresa: produzir e vender utilidades ou serviços.

A Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos compõem-se de quatro partes distintas, a saber:

- Origens de Recursos;
- Aplicação de Recursos;
- Aumento ou Diminuição do Capital Circulante Líquido;
- Variações nos Componentes do Capital Circulante Líquido.

1.5.1. Origens de Recursos:

As origens de recursos aplicados em elementos do Ativo Realizável a Longo Prazo e Permanente e/ou em redução de exigibilidade a longo prazo podem ser provenientes:

☞ *Da operação da empresa*

A geração de lucros constitui fonte de capital.

O Lucro Líquido do Exercício que pode finalizar a Demonstração do Resultado do Exercício é conceito extremamente econômico. Mas, numa análise de fluxo de recursos, baseado em conceito financeiro, será preciso retificar o Lucro Líquido mediante a inclusão ou exclusão de seu total dos elementos que não afetam o capital circulante Líquido.

O Resultado Líquido do Exercício, antes do Imposto de Renda e das participações, no conceito moderno, por inovações da Lei nº 6.404/76, compreende:

LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO	PREJUÍZO OPERACIONAL LÍQUIDO
(+ ou -) Resultado de Correção Monetária	(+ ou -) Resultado de Correção Monetária
(+) Receita de variações Monetárias ou Cambiais Ativas	(+) Receita de variações Monetárias ou Cambiais Ativas
(-) Despesas de Variações Monetárias ou Cambiais Passivas	(-) Despesas de Variações Monetárias ou Cambiais Passivas
(+) Receita de Participações Societárias	(+) Receita de Participações Societárias
(-) Despesas de Participações Societárias	(-) Despesas de Participações Societárias
(+) Receitas não-operacionais	(+) Receitas não-operacionais
(-) Despesas não-operacionais	(-) Despesas não-operacionais
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

↪ positivo (lucro) ou negativo (prejuízo) ↩



origem



aplicação

A operação da empresa, na Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos, pode revelar uma fonte de capital ou uma aplicação, conforme o Lucro ou Prejuízo seja retificado para positivo ou negativo.

SITUAÇÕES POSSÍVEIS

- a) Ajuste do Lucro Líquido do exercício mediante inclusões e exclusões de elementos que não afetam o Capital Circulante Líquido, de modo a refletir um lucro líquido maior ou menor do que o revelado na Demonstração (origem);
 - b) Ajuste do Lucro Líquido do exercício mediante inclusões e exclusões de elementos que não afetam o Capital Circulante Líquido, de modo a refletir um prejuízo para efeito de elaboração da Demonstração (aplicação);
 - c) Ajuste do Lucro Líquido do exercício mediante inclusões e exclusões de elementos que não afetam o Capital Circulante Líquido, de modo a refletir um prejuízo maior ou menor do que o revelado na Demonstração (aplicação);
 - d) Ajuste do Lucro Líquido do exercício mediante inclusões e exclusões de elementos que não afetam o Capital Circulante Líquido, de modo a refletir um lucro para efeito de elaboração da Demonstração (origem).
-

¶ Da contribuição dos Acionistas

Os acionistas podem contribuir com novos recursos financeiros por meio de:

- integralização do Capital Social;
- Aumento do Capital Social por nova subscrição de ações ou quotas, em dinheiro;
- Reservas de Capital que efetivamente constituem ingressos de recursos financeiros na empresa, tais como: reservas de ágio, reserva de produto de alienação de partes beneficiárias, reserva de produto de alienação de subscrição, reserva de prêmios recebidos pro emissão de debêntures.

As Reservas de Capital que tenham por contra-partida o acréscimo de disponibilidades no Ativo Circulante são conceituadas como elementos financeiros provenientes de contribuição dos acionistas, afetando, portanto, o Capital Circulante Líquido.

& Alienação de Bens e Direitos

São novas origens de recursos os valores resultantes de alienação de bens e direitos classificados no Ativo Realizável a Longo Prazo e Permanente.

Quando se dispõem de informações internas da empresa, normalmente não relatadas nas Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, será relevante a análise da transação que gera o resultado eventual decorrente da alienação de bens e direitos do Ativo Realizável a Longo Prazo e Permanente.

& Recursos de Terceiros

O aumento dos saldos das contas representativas de obrigações vencíveis após doze meses, expressa, em princípio, nova fonte de recursos. Mas, antes de determinar-se o aumento, deverá ser excluído do saldo final da respectiva conta qualquer acréscimo por atualização monetária, seja por correção cambial ou baseada em UFIR.

As obrigações vencíveis classificadas no Passivo Exigível a Longo Prazo que, na data de encerramento do exercício, tenham sido transferidas para o Passivo Circulante, devem ser consideradas como aplicações provenientes de recursos de terceiros, exigíveis a longo prazo.

1.5.2. Aplicações de Recursos

A segunda parte da Demonstração relata a forma como os novos recursos foram aplicados na empresa.

Consoante enuncia a Lei nº 6.404/76, o primeiro elemento a ser considerado como aplicação de recursos corresponde aos dividendos distribuídos aos acionistas.

No caso de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, a aplicação deve corresponder aos lucros distribuídos aos sócios quotistas.

Serão também reconhecidos como aplicáveis de recursos, os seguintes valores:

- bens do Ativo Imobilizado;
- participações em sociedades controladas e coligadas;
- outros investimentos permanentes;
- bens de renda ou destinados aos planos de expansão da empresa;
- direitos a receber após doze meses;
- bens realizáveis no prazo superior a doze meses;
- despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social (Ativo Diferido).

1.5.3. Aumento ou Redução do Capital Circulante Líquido

A terceira parte da demonstração revela o total do aumento ou da redução do Capital Circulante Líquido.

Se houver excesso de origens em relação às aplicações, o valor respectivo indicará aumento do Capital Circulante Líquido, se for próprio, ou redução, se for de terceiros. Se houver insuficiência, o Capital Circulante Líquido terá financiado parte das aplicações de recursos em elementos do ativo Realizável a Longo Prazo e Permanente e, se for o caso, em redução de exibilidades a longo prazo.

Neste último caso, o valor da redução do Capital Circulante Líquido se destinou a completar, com outras fontes de financiamento a longo prazo, as aplicações de recursos em bens e direitos do Ativo Realizável a Longo Prazo e Permanente, ou a redução de exigibilidades a longo prazo, ou mesmo para financiamentos de prejuízos, se for o caso.

1.5.4. Variações nos Componentes do Capital Circulante Líquido

Nesta última parte da demonstração são relatadas as variações dos componentes do capital Circulante Líquido que influenciam a modificação na posição financeira da empresa.

É o último demonstrativo a ser elaborado, pois suas informações devem ser retiradas das demais demonstrações complementares por notas explicativas, não deixando de relatar outras informações relevantes.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES

DE RECURSOS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 19X2 E 19X1

ORIGENS DOS RECURSOS		19X2	19X1	
Das Operações Econômicas				
Lucro Líquido do exercício		X	X	
Mais(+):				
Depreciações e Amortizações		X	X	
Resultado da Correção Monetária		X	X	
Custo dos Bens Baixados		X	X	
Variação Cambial das Obrigações a Longo Prazo		X	X	
Menos(-):				
Variações Monetárias do Realizável a Longo Prazo		(X)	(X)	
Resultado da Equivalência Patrimonial		(X)	(X)	
Dos Acionistas				
Integralização de Capital Social		X	-	
De Terceiros				
Aumento do Passivo a Longo Prazo		X	X	
Alienação de Realizável a Longo Prazo		X	X	
APLICAÇÕES DE RECURSOS				
No Ativo Permanente				
Aquisição de Investimentos		X	X	
Aquisições de Bens do Imobilizado		X	X	
Aumento no Ativo Diferido		X	X	
Outras				
Dividendos		X	X	
Transfer. de Financ. de Longo para Curto Prazo		X	X	
Aumento do Realizável a Longo Prazo		X	X	
TOTAL DE APLICAÇÕES		X	X	
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		X	X	
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO				
DISCRIMINAÇÃO	INICIAL 31.12.19X1	FINAL 31.12.19X2	VARIAÇÃO 19X2	VARIAÇÃO 19X1
1. Ativo Circulante	X	X	X	X
2. Passivo Circulante	X	X	X	X
3. Capital Circulante Líquido = (1 - 2)	X	X	X	X

1.6. NOTAS EXPLICATIVAS

As Notas Explicativas são informações complementares as Demonstrações Contábeis, representando parte integrante destas. Podem estar expressas tanto na forma descritiva como na de quadros analíticos, ou mesmo englobando outras demonstrações que forem necessárias ao melhor e mais completo esclarecimento das Demonstrações Contábeis.

A administração será a responsável pela conferência das notas explicativas e que terá o mesmo grau de responsabilidade e preocupação com a precisão que foi conferido o balanço e as demais peças contábeis, para que possa transmitir a realidade financeira e econômica da empresa.

Conforme imposição legal, as notas explicativas deverão indicar (Art.176, Parágrafo 5º, Lei nº 6.404/76):

- a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente dos estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos em riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização dos elementos do Ativo;
- b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes;
- c) o aumento de valor de elementos do Ativo, resultantes de novas avaliações;
- d) os ônus reais constituídos sobre elementos do Ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais e contingentes;
- e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
- f) o número, espécie e classes das ações do capital social;

- g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício;
- h) os ajustes de exercícios anteriores;
- i) os eventos subsequentes a data de encerramento do exercício que tenha, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados da companhia.

Enfim, qualquer informação importante sobre os demonstrativos e a situação patrimonial econômica financeira que deva ser oferecida as pessoas interessadas na empresa.

Convém ressaltar que a menção de um erro contábil na Nota Explicativa não justifica este erro. O erro persiste mesmo quando mencionado.

Os itens apresentados pela lei das S.A. é o básico a ser seguido pela empresa. Havendo, às vezes, a empresa necessidade de adicionar outras notas além daquelas previstas pela lei.

II - ANÁLISE

2.1. *Objetivos da Análise*

Determinando-se as variações absolutas e relativas dos elementos patrimoniais e de resultado, registrados nas Demonstrações Contábeis de dois ou mais períodos, o analista ou auditor examina, estuda e analisa o desempenho da empresa, obtendo, também, indicações valiosas para estimativa das perspectivas econômicas e financeiras da empresa.

A análise das Demonstrações Contábeis ou financeiras pode oferecer maior ou menor grau de profundidade nas investigações dos registros e documentos dependendo do julgamento ou da opinião do auditor ou analista.

São vários os objetivos da análise das Demonstrações Contábeis, sendo significativa sua importância, dentre vários, para os seguintes fins:

- a) avaliação da capacidade de amortização da empresa, quando esta habilitar-se a financiamento de instituição financeira;
- b) avaliação da situação financeira da empresa, a curto e longo prazo, determinando-se causas, efeitos e perspectivas;
- c) avaliação de investimento em ações negociáveis em Bolsas de Valores com base nas Demonstrações Contábeis;
- d) análise da situação patrimonial, econômica e financeira da empresa para orientação a grupo de acionistas ou acionista único que pretenda, por via de aquisição de ações, assumir o seu controle;

- e) avaliação da rentabilidade do capital investido proveniente dos proprietários da empresa e de terceiros;
- f) análise das demonstrações para fins de fusão, cisão, incorporação ou associação da empresa;
- g) análise para avaliação do acervo patrimonial, a valores registrados e a preços de mercado, nos casos de extinção da empresa;
- h) consolidação das demonstrações de empresa controladora, controladas e coligadas;
- i) consolidação das demonstrações de empresas da mesma atividade para avaliação do desempenho da economia setorial;
- j) análise das Demonstrações para ilustração tabular ou gráfica de valores e parâmetros com o fim de elaboração de relatórios destinados ao Conselho de Administração, Diretoria, Acionistas, Governo, Investidores de Mercado de Valores Mobiliários, Instituições Financeiras, Fornecedores e público em geral.

2.2. Métodos de Análise

Por análise, entende-se o método de preparação de dados estatísticos, visando a sua interpretação. Para a análise contábil, impõe-se, inicialmente, a preparação das informações mediante:

- classificação apropriada das informações;
- associação lógica das informações;
- conversão de valores monetários em Medidas de Avaliação Relativa (coeficientes, quocientes, índices e diferenças absolutas), conforme o tipo de análise.

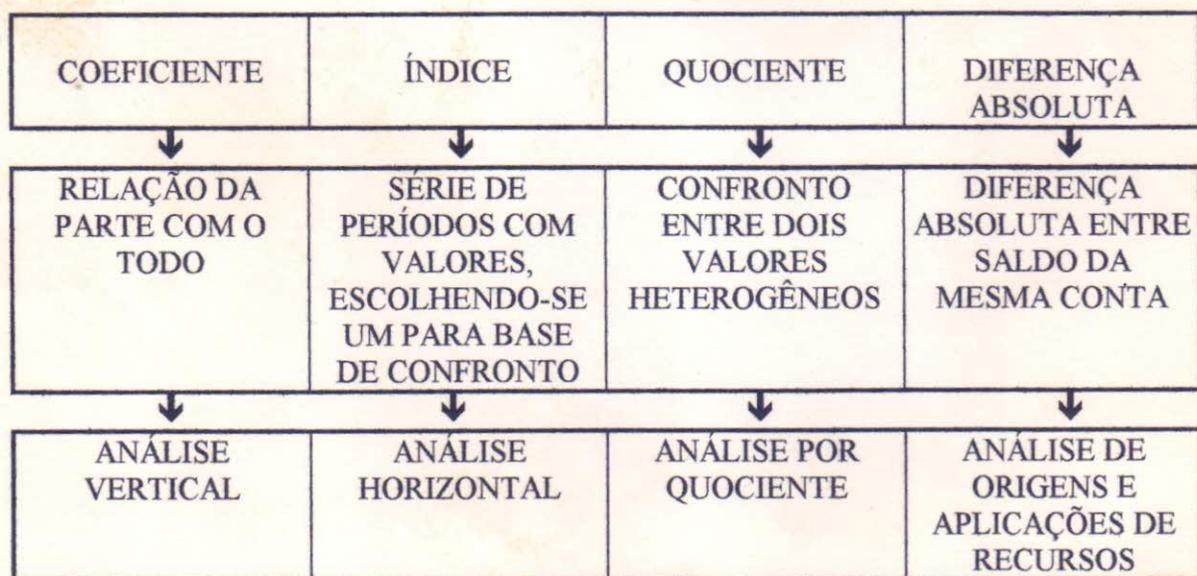
Utilizando-se dessas medidas ou parâmetros, o processo analítico permite que sejam estabelecidas inúmeras relações entre os componentes patrimoniais e de resultado, ou mesmo, entre duas ou mais demonstrações.

Referidas medidas, quando utilizadas, constituem instrumentos de análise patrimonial, econômica e financeira.

São quatro os tipos de análise, a saber:

- a) de Estrutura, Vertical ou de Composição;
- b) de Evolução, Horizontal ou de Crescimento;
- c) de confronto entre dois valores monetários heterogêneos;
- d) de origens e aplicações de recursos, ou de fluxo de recursos.

INSTRUMENTOS E TIPOS DE ANÁLISE



2.2.1. Análise Vertical

Análise de Estrutura ou Vertical é o processo que objetiva a medição percentual (%) de cada componente em relação ao total de que faz parte.

O coeficiente ou percentagem é a medida que indica a proporção de cada componente em relação ao todo.

O total é representado pela percentagem 100% (cem por cento). Calcula-se a proporção de cada componente em relação ao todo que é expresso pela percentagem 100%.

Exemplo:

	<i>Estrutura do Ativo</i>	<i>Unid.Monetária</i>	<i>%</i>
	- Ativo Circulante	2.800	35
<i>PARTES</i>	- Ativo Realizável a L.Prazo	400	5
	- Ativo Permanente	4.800	60
<i>TOTAL</i>	<i>ATIVO TOTAL</i>	8.000	100

Calculando-se os coeficientes representativos das partes (despesas e resíduos), em relação à receita, a Demonstração do Resultado seria apresentada da forma seguinte:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

COMPONENTES	VALOR	%
ROL - Receita Operacional Líquida	2.000	100
CPV - Custo de Produtos Vendidos	800	40
LOB - Lucro Operacional Bruto (ROL - CPV)	1.200	60
DO - Despesas Operacionais	800	40
Despesas Comerciais	300	15
Despesas Administrativas	400	20
Outras Despesas Operacionais	100	5
LOL - Lucro Operacional Líquido (LOB - DO)	400	20
RNO - Receita Não-Operacional	200	10
DNO - Despesas Não-Operacionais	160	8
RLE - Resultado Líquido	440	22

O Coeficiente ou percentagem é a medida utilizável na análise de estrutura ou vertical, seja dos elementos patrimoniais ou do resultado econômico.

O objetivo será o de avaliar, em termos relativos, as partes que compõem o todo e compará-las no caso de análise de dois ou mais períodos sociais.

Em relação à receita operacional líquida, o Lucro Operacional Bruto obtido foi de 60% e o Líquido alcançou a taxa de 20%. O resultado final do exercício foi de 22% em relação à receita operacional líquida revelada na demonstração.

2.2.2. Análise Horizontal

Se o processo de análise de estrutura ou vertical se presta à definição da percentagem representativa do valor de cada componente em relação ao total, ou à comparação dos percentuais entre si, a análise de evolução ou horizontal permite a avaliação do aumento ou diminuição dos valores que expressam os componentes de um todo, ou o total monetário deste último, através do confronto de uma série histórica de períodos.

A análise de evolução ou horizontal implica, necessariamente, uma série de períodos iguais.

O instrumento utilizado para avaliação do crescimento monetário dos componentes patrimoniais ou de resultado é conhecido por índice. O processo de cálculo para determinação dos índices é o seguinte:

Adora-se o índice 100(cem) como representativo dos valores monetários do ano que serve de base para confronto com os valores dos demais períodos. Pela regra de três simples e direta, calculam-se os índices correspondentes aos períodos que serão confrontados com o período-base; este não será necessariamente o primeiro da série histórica. Deverá ser aquele em que a empresa tenha exercido sua atividade em condições normais ou satisfatórias.

Em análise comparativa, o primeiro exercício da série histórica é o escolhido para servir de base. Esse tipo de análise tem por objetivo a apreciação da evolução dos componentes patrimoniais ou de resultado, numa determinada série histórica de exercícios.

Permite, também, à análise prospectiva do patrimônio ou de resultado no horizonte temporal (a curto e longo prazo), possibilitando a avaliação das perspectivas econômicas e financeiras da empresa.

2.2.3. *Análise por Quociente*

Esse tipo de análise é conhecido por “razão”.

Quando se faz análise de dois valores heterogêneos, de natureza, diferente, utiliza-se o quociente como parâmetro de avaliação da influência ou proporção de um elemento sobre outro.

A análise por quociente visa estabelecer a relação entre dois valores de natureza diferente, indicando quantas vezes um contém o outro, ou a proporção de um em relação ao outro.

Esse tipo de análise é adotado usualmente no estudo da capacidade financeira de empresa e da rentabilidade de investimento.

Uma das associações lógicas em análise financeira é a determinação do quociente de Liquidez Corrente.

O confronto do montante do Ativo Circulante e do Passivo Circulante indicará, portanto, o grau de Liquidez Corrente, ou seja, este quociente traduz uma determinada capacidade “X”, em determinado momento, de disponíveis em caixa e bancos, direitos realizáveis a curto prazo e estoques para cada R\$ 1,00 de exigibilidades ou obrigações vencíveis a curto prazo.

Relacionando-se o Passivo(Circulante e Exigível a Longo Prazo) com o Ativo Total será obtido o quociente ou grau de endividamento, ou seja, o quociente encontrado expressará que uma parcela do ativo foi financiada por recursos derivados de terceiros, e, por consequência, dois terços por recursos próprios.

2.2.4. ANÁLISE POR DIFERENÇAS ABSOLUTAS

As diferenças absolutas entre saldos de cada componente patrimonial são utilizadas na análise de: fluxo de origens e aplicações e fluxo de recursos (variações nas disponibilidades líquidas).

Essa análise baseia-se no confronto entre saldos de início e fim do período para determinação da sua diferença.

A variação obtida do confronto de saldos de cada componente do patrimônio indicará uma nova origem ou aplicação de recursos, dependendo da natureza da conta e da sua função no sistema contábil.

A análise por diferenças absolutas tem por objetivo a avaliação, quantitativa e qualitativa, dos novos recursos injetados na empresa e da forma como foram aplicados.

As variações nos componentes patrimoniais, comparando-se saldos de cada conta do sistema (de início e fim de exercício, por exemplo), evidenciam a proveniência das novas fontes de recursos e da forma como foram aplicados no ativo ou na redução de elementos do passivo.

Esse método, sendo aplicado, resulta em poderoso instrumento de análise financeira, permitindo até o julgamento sobre a política adotada pelos administradores quanto ao uso dos novos recursos ingressados na empresa.

Baseando-se no princípio das partidas de que não se pode debitar o valor em uma conta sem que se credite o mesmo valor em outra conta, a soma de todas as novas origens será sempre igual a soma de todas as aplicações.

A análise de origens e aplicações de recursos na forma de fluxos consiste na determinação de novos recursos obtidos, em determinado período, proveniente de todos os elementos do patrimônio, exceto do Capital Circulante (Ativo Circulante _ Passivo Circulante), e da forma como foram aplicados nesse conjunto patrimonial.

Esse método visa determinar o montante dos novos recursos, classificados por fontes próprias e de terceiros, avaliando-se o excesso ou a insuficiência que se destinou para aumento ou diminuição do Capital Circulante.

No modelo da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos preconizada pela Lei 6.404/76, o Lucro Líquido do Exercício devidamente retificado com a reversão de depreciação, amortização, exaustão e provisões para ajuste de elementos do Ativo Realizável a Longo Prazo e Permanente é o primeiro elemento a ser considerado na parte que diz respeito às Origens. E para o lado das Aplicações, o primeiro elemento a ser considerado será o montante dos dividendos distribuídos.

A diferença entre o Lucro Líquido do Exercício e o total dos dividendos atribuídos aos acionistas, se a empresa adotar esse procedimento, constituirá a retenção de lucros na forma de reservas de lucros e lucros acumulados.

2.3. CASO PRÁTICO

Analisaremos as demonstrações contábeis da Empresa ORGAL S/A - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS nos anos de 1992 e 1991, bem como os índices financeiros, índices de estrutura de capital, índices econômicos e índices de rotação.

2.3.1. INDICADORES DESEMPENHO

2.3.1.1. ÍNDICES FINANCEIROS

☞ LIQUIDEZ GERAL: 1,45

Mede a Capacidade da empresa em saldar as dívidas de longo e curto prazo utilizando os recursos do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo. O índice acima mostra que a empresa dispõe de Cr\$ 1,45 no Ativo Circulante mais Realizável a Longo Prazo para cada Cr\$ 1,00 de dívidas no Exigível Total.

É sempre conveniente que o índice de Liquidez Geral seja superior à unidade.

☞ LIQUIDEZ CORRENTE: 1,45

É a medida da solvência operacional, representando a capacidade da empresa em saldar suas Dívidas a Curto Prazo, lançando mão dos valores financeiros, disponíveis e a receber a curto prazo, somados ao valor dos Estoques. O valor acima indica a existência de Cr\$ 1,45 no Ativo Circulante para cada Cr\$ de Dívidas a Curto Prazo.

No presente caso, a igualdade entre os índices de Liquidez Corrente e Geral é decorrente da inexistência de créditos e de Dívidas a Longo Prazo.

☞ LIQUIDEZ SECA: 0,53

É uma medida mais rigorosa de solvência, uma vez que os Estoques deixam de ser considerados como fonte de recursos para pagamento da dívida.

O índice acima indica que para cada Cr\$ 1,00 de Dívidas a Curto Prazo existem Cr\$ 0,53 em valores Disponíveis mais a Receber a Curto Prazo.

☞ LIQUIDEZ IMEDIATA : 0,170

Leva em conta apenas o Ativo Disponível face o Passivo Circulante. O índice acima mostra a existência de Cr\$ 0,170 em Caixa, Depósitos e Aplicações à vista para cada Cr\$ 1,00 da Dívida a Curto Prazo.

Aceita-se como conveniente um índice entre 0,05 e 0,10 para a Liquidez Imediata.

☞ PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO: 15 dias

É a medida de liquidez dos valores a receber. Indica o prazo médio de recebimento dos créditos concedidos a clientes.

O índice aqui calculado tomou por base os saldos da conta Duplicatas a Receber no início e no fim do exercício, representado portanto um índice médio; que não leva em conta as variações no nível de vendas ao longo do período.

Assim, mais do que uma medida do prazo de recebimento efetivamente praticado pela empresa, ele deve ser encarado como um indicador médio para comparações de evolução de um exercício pra outro.

Um dado mais preciso pode ser obtido pela relação entre a média dos saldos mensais da conta Duplicatas a Receber e o total de vendas do exercício.

2.3.1.2. ÍNDICES DE ESTRUTURA DO CAPITAL

☞ PATRIMÔNIO LÍQUIDO/ATIVO TOTAL: 0,80

Este quociente, sempre inferior à unidade, mostra em que proporção o Capital Próprio participa dos recursos necessários à atividade da empresa. Quanto maior, maior será a presença de Capital Próprio face o de Terceiros.

É denominado índice de capitalização.

☞ EXIGÍVEL TOTAL/ATIVO: 0,20

Denominado índice de endividamento geral, este quociente representa a fração de Capitais de Terceiros no montante de recursos totais da empresa.

☞ PATRIMÔNIO LÍQUIDO/EXÍGIVEL TOTAL: 4,09

É a comparação dos dois índices anteriores (capitalização e endividamento), medindo a relação entre o Capital Próprio e o de Terceiros. O presente valor indica que para cada Cr\$ 1,00 de Dívidas a Curto Prazo existem Cr\$ 4,09 de Capital Próprio.

É conveniente, embora não mandatório, que esse quociente seja maior que a unidade. Um valor inferior a 0,05, aliado a índices de liquidez também baixos, pode indicar uma situação financeira vulnerável.

☞ EXIGÍVEL TOTAL/PATRIMÔNIO LÍQUIDO: 0,245

Mede a relação entre os Capitais de Terceiros envolvidos nos negócios da empresa e o Capital Próprio. Sendo o inverso do índice anterior, é portanto conveniente que seu valor seja inferior à unidade.

☞ ATIVO TOTAL/EXIGÍVEL: 5,09

Representa o grau de cobertura em bens e direitos do Ativo da empresa aos Capitais de Terceiros. Quanto maior, menor o risco e maior a garantia para os financiamentos externos. O índice acima indica a existência de Cr\$ 5,09 no Ativo Total para cada Cr\$ 1,00 de dívidas.

☞ CAPITAL PERMANENTE/EXIGÍVEL TOTAL: 3,64

É uma indicação mais restrita da garantia aos Capitais de Terceiros, levando em conta apenas o valor dos bens do Ativo Permanente. No caso, existem Cr\$ 3,64 no Ativo Permanente para cada Cr\$1,00 de dívidas.

☞ ESTOQUE/EXIGÍVEL TOTAL: 0,91

Indica a existência de Cr\$ 0,91 em Estoque, para cada Cr\$ 1,00 de dívidas.

☞ CAPITAL CIRCULANTE/ATIVO TOTAL: 0,28

☞ ATIVO PERMANENTE/ATIVO TOTAL: 0,72

Essas relações indicam a estrutura do Ativo da empresa, mostrando em que proporções ele está distribuído respectivamente entre o Capital Circulante (Disponível mais Realizável a Curto e Longo Prazo) e o Ativo Permanente.

A participação do Ativo Permanente no Ativo Total geralmente é maior nas indústrias do que nas empresas comerciais. Eventualmente este índice torna-se relevante como garantia de financiamentos, principalmente a longo prazo.

☞ ATIVO PERMANENTE/PATRIMÔNIO LÍQUIDO: 0,891

Mostra até que ponto o Capital Próprio está empregado no Ativo Imobilizado. Um índice superior à unidade indica que a empresa não pode contar com fundos próprios para financiar seu Capital de Giro. Este quociente, para empresas comerciais, situa-se usualmente entre 0,7 e 0,8, tendendo a ser mais elevado no caso de indústrias e mais baixo em empresas de serviços.

☞ ESTOQUES/CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO: 2,05

Mede o grau de investimento em Estoques, mostrando a parcela de Capital de Giro (Capital Circulante Líquido) aplicado nos Estoques.

O valor superior à unidade indica que o Capital de Giro foi totalmente absorvido pelos Estoques.

☞ CAPITAL DE GIRO PRÓPRIO/CAPITAL CIRCULANTE: 0,308

Este índice mostra a parcela do Capital Circulante (Ativo Circulante mais Realizável a Longo Prazo) financiada pelo Capital de Giro Próprio.

No presente caso o Capital de Giro Próprio concorre com 30,8% na formação do Capital Circulante. É tida como conveniente uma participação em torno de 25%.

2.3.1.3. ÍNDICES ECONÔMICOS

☞ RENTABILIDADE DO CAPITAL PRÓPRIO: 0,014

É a relação entre o Lucro Líquido do Exercício e o Patrimônio Líquido, representando a taxa do retorno do Investimento.

O índice acima mostra um Lucro Líquido de 1,4%, ou seja, um retorno de Cr\$ 0,014 para cada Cr\$ 1,00 de Capital Próprio.

☞ LUCRO LÍQUIDO/ATIVO TOTAL: 0,011

Mede a taxa de retorno ou a rentabilidade do total do Ativo aplicado no movimento econômico do exercício. O quociente acima mostra um lucro de 1,1% em relação ao Ativo Total.

☞ RENTABILIDADE DAS VENDAS: 0,013

Representa o quanto a empresa obteve de Lucro Líquido em relação à Receita Operacional Líquida.

O índice mostra um Lucro de 1,3% sobre a Receita.

☞ DESPESAS/LUCRO BRUTO: 0,97

É uma indicação de quanto foi dispendido (Despesa Total Líquida) para auferir Cr\$ 1,00 de Lucro Bruto.

☞ CUSTOS/RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA: 0,581

Mostra que o custo das Vendas importou em 58,1% da Receita Operacional Líquida.

☞ MARGEM DE LUCRO SOBRE VENDA: 0,419

É a relação entre o Lucro Bruto e a Receita Operacional Líquida, medindo assim a eficiência das operações produtivas da empresa. O índice acima mostra uma margem bruta de 41,9% sobre a Receita Operacional Líquida.

☞ LUCRO OPERACIONAL/PATRIMÔNIO LÍQUIDO: 0.084

Representa a rentabilidade operacional do Capital Próprio, sem levar em conta as Despesas e Receitas não Operacionais. O valor acima corresponde a um Lucro Operacional de 8,4%, ou de Cr\$ 0,084 para cada Cr\$ 1,00 de Patrimônio Líquido.

☞ LUCRO OPERACIONAL/ATIVO TOTAL: 0,067

Representa a rentabilidade operacional geral, de todos os Ativos aplicados no negócio. O índice acima significa que houve um Lucro Operacional de Cr\$ 0,067 para cada Cr\$ 1,00 de Ativo Total.

☞ LUCRO OPERACIONAL/RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA: 0,081

Representa a margem operacional sobre as Vendas. O presente valor mostra que para cada Cr\$ 1,00 de Receita Operacional Líquida, a empresa auferiu um Lucro Operacional de Cr\$ 0,081, ou de 8,1%.

2.3.1.4. ÍNDICES DE ROTAÇÃO

☞ ROTAÇÃO DO ATIVO TOTAL: 0,97

É um índice de produtividade geral, medido pelo quociente entre a Receita Operacional Bruta e o Ativo Total, excluídos os Investimentos, avaliando assim quanto a empresa está faturando em relação aos Ativos de que dispõe. O Ativo girou 0,97 vezes nesse exercício.

☞ ROTAÇÃO DO ATIVO FIXO OPERACIONAL: 1,35

É um índice da produtividade operacional do Ativo Permanente, excluídos os Investimentos, obtido pela relação entre a Receita Operacional Bruta e o Ativo Imobilizado Operacional. O Ativo Fixo girou 1,35 vezes no exercício.

☞ ROTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO: 1,19

Indica o nível de faturamento da empresa em relação ao montante de Capital Próprio aplicado no negócio, mostrando que a empresa faturou no exercício 1,19 vezes o valor do seu Patrimônio Líquido.

O valor desse índice deve ser levado em conta em relação às demais empresas do setor. De modo geral ele deve ser superior à unidade, podendo chegar a ser maior que 4, no caso de empresas puramente comerciais.

2.3.2. ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

2.3.2.1. SITUAÇÃO FINANCEIRA - LIQUIDEZ

A situação financeira da empresa, retratada no Balanço de 31.12.1992 é boa, conforme se pode deduzir pela análise de seus principais índices de liquidez, que de maneira geral são satisfatórios.

O índice de Liquidez Corrente que é o mais representativo da situação financeira, inclusive para obtenção de novos financiamentos está em baixa, conforme se pode ver na análise comparativa. De fato, observando-se a variação entre os Balanços de 31.12.1991 e 31.12.1992 constata-se que o aumento verificado no Ativo Circulante (Disponibilidades mais Realizáveis a Curto Prazo) aumentado em 551,8%, foi menor que o verificado no Passivo Circulante (Exigibilidades a Curto Prazo), aumentou em 610,3%.

A Liquidez Geral é igual à Liquidez Corrente uma vez que não existem Contas a Receber ou a pagar a Longo Prazo, não cabendo portanto qualquer comentário além do que já foi feito para a Liquidez Corrente.

A Liquidez Seca é um índice muito mais rigoroso que a Liquidez Corrente para se medir a capacidade de pagamento da empresa, posto que nela os Estoques deixam de ser considerados. Como podemos constatar na análise comparativa, a Liquidez Seca, a exemplo da Liquidez Corrente, também está em baixa, uma vez que a diminuição relativa verificada na soma das Disponibilidades com os Créditos a Curto Prazo, de 22,28% para 10,48% do Ativo Total, foi proporcionalmente maior que a verificada no Passivo Circulante, diminuído de 26,9% para 19,7% também em relação ao Ativo Total.

A participação das Disponibilidades dentro do Ativo Total, que em 31.12.1991 era de 10,1%, diminuiu para 3,3%, percentual este que ainda é muito bom, correspondendo a 17,0% das Dívidas a Curto Prazo (ver Liquidez Imediata na análise comparativa).

O Prazo Médio de Recebimento, que é de 15 dias, está abaixo da média usual, o que em geral não é o desejado, pois a empresa pode estar perdendo vendas por falta de atrativos comerciais e financeiros. Cabe registrar porém que, nas empresas comerciais que realizam suas vendas quase que exclusivamente à vista, o Prazo Médio de Recebimento costuma ser muito baixo.

Voltamos a lembrar que o Prazo Médio de Recebimento torna-se mais exato, principalmente em empresas com atividades sazonais, quando o valor médio da conta Duplicatas a Receber de clientes é obtido através dos saldos apurados nos Balancetes Mensais, o que o colocaria muito mais próximo do prazo realmente praticado pela empresa.

2.3.2.2. DESEMPENHO ECONÔMICO - RENTABILIDADE

O Resultado do Exercício mostra um Lucro de Cr\$ 163.072.000,00. Em valor nominal este resultado é maior em Cr\$ 194.397.000,00 ou 620,6% que o resultado alcançado no exercício anterior, diferença esta que, em termos reais, descontada a inflação média de 991,00% entre os exercícios, representa um crescimento de 147,7% (ver análises comparativas).

O resultado acima, analisado em relação ao Patrimônio Líquido, demonstra uma rentabilidade de 1,4% considerada muito pequena, significando que o rendimento dos Capitais Próprios aplicados no exercício foi além do desejado.

Ainda com relação ao Patrimônio Líquido, verifica-se que a rentabilidade é superior à do exercício anterior (ver análise comparativa), indicando que os Capitais Próprios

aplicados no exercício encerrado em 31.12.1992 renderam mais que os aplicados no exercício encerrado em 31.12.1991.

Em relação à Receita Operacional Líquida, aumentada em 946,7% em comparação com a do exercício anterior (o que representa um crescimento real negativo, descontada a inflação média entre os exercícios de - 4,1%), o Resultado do Exercício está em crescimento. De fato, como se pode ver no quadro comparativo, a rentabilidade das vendas (Lucro Líquido/Receita Operacional Líquida) variou de - 2,7% no exercício anterior para 1,3% no exercícios encerrado em 31.12.1992, percentual este que representa um ganho pequeno em relação às Vendas.

Analisando apenas o Resultado Operacional em relação às Vendas, isto é, excluindo do Lucro Líquido os créditos e débitos não operacionais, verificamos que a rentabilidade operacional das vendas (Lucro Operacional/Receita Operacional Líquida) foi de 8,1% o que representa um bom resultado operacional.

O mesmo resultado operacional, tomado agora em relação ao Patrimônio Líquido, mostra uma variação de 13,0% no exercício anterior para 8,4% no exercício encerrado em 31.12.1992, índice este que é considerado apenas regular.

(Ver na análise comparativa os índices referentes ao Lucro Operacional).

Ao contrário do desejado, os custos operacionais estão em crescimento. Aumentaram de 57,7% da Receita Operacional Líquida, no exercício anterior, para 58,1%, no exercício encerrado em 31.12.1992. Consequentemente o Lucro Bruto está em baixa, tendo diminuído de 42,3% para 41,0%, nesse mesmo período.

(Ver na análise comparativa as relações de custos e Lucro Bruto sobre a Receita Operacional Líquida).

Os índices de rentabilidade alcançados no exercício encerrado em 31.12.1992 crescem de significado considerando-se que no exercício anterior a empresa apresentou prejuízo.

2.3.2.3. ESTRUTURA DO CAPITAL

☞ ATIVO

A Análise das Estrutura do Balanço em relação ao Ativo Total nos mostra que em 31.12.1992, 71,6% dos valores Ativos estão aplicados no permanente e 28,4% compõem o Capital Circulante, que está em baixa, o que não é desejável, em relação ao Balanço anterior quando representava 42,3% do Ativo, conforme se pode ver na análise comparativa.

☞ PASSIVO

O Passivo que registra a origem dos recursos aplicados no Ativo, tem a seguinte composição percentual:

Capitais Próprios (Patrimônio Líquido) = 80,3%

Capitais de Terceiros (Exigível Total) = 19,7%

Constata-se portanto uma excelente predominância dos Capitais Próprios sobre os Capitais de Terceiros, predominância essa que é registrada também no exercício anterior, e que está em crescimento, conforme se pode ver nas análises comparativas.

Dos Capitais Próprios, 89,1% estão aplicados no Ativo Permanente, o que vale dizer que apenas 10,9% dos recursos próprios integram o Capital Circulante. Tal situação, que é inferior à do exercício anterior, não é desejada, pois as aplicações fixas estão absorvendo elevadas parcelas dos Capitais Próprios, tão necessárias à formação dos Capitais de Giro (ver nas análises a relação “Ativo Permanente/Patrimônio Líquido”).

☞ CAPITAIS DE GIRO

Os 10,9% de capitais próprios aplicados no Capital Circulante perfazem um Capital de Giro Próprio de Cr\$ 1.279.839.000,00 equivalente a 30,8% do Capital Circulante, percentual esse que é muito bom, mas que está em baixa em relação ao exercício anterior (ver nas análises comparativas a relação “Capital de Giro Próprio/Capital Circulante”).

Também em relação ao Ativo Total, o Capital de Giro Próprio está em baixa, diminuiu de 15,4% para 8,8%.

Como a empresa não está se utilizando de Créditos a Longo Prazo nem tão pouco fazendo aplicações para igual período, calculamos, também, em Cr\$ 1.279.000,00 o seu Capital de Giro ou Capital Circulante Líquido, que é bom, mas que, a exemplo do Capital de Giro Próprio, está em baixa em relação ao Ativo Total. (ver análise comparativa).

TENDÊNCIAS

Considerando-se os elementos do Balanço sempre em relação ao total do Ativo, vemos que o Ativo Permanente está em crescimento, o que normalmente não é desejável por

significar uma diminuição dos recursos necessários à formação do Capital Circulante, que consequentemente está em baixa.

Os recursos, como já vimos, têm como origem principal os Capitais Próprios (Patrimônio Líquido) que são majoritários e estão em crescimento.

A relação "Patrimônio Líquido/Exigível Total" está em crescimento, tendo evoluído de 2,72 no Balanço anterior para 4,09 em 31.12.1992, índice este que corresponde a uma taxa de autonomia financeira excelente.

Em outras palavras, podemos dizer que o grau de endividamento da empresa em relação ao seu Patrimônio Líquido é muito pequeno, e variou de 36,7 para 24,5% nos dois últimos anos. (ver na análise comparativa as relações entre Exigível Total e Patrimônio Líquido).

O Passivo Circulante, que está em baixa, é moderado em relação ao Ativo Circulante representando um risco financeiro pequeno, conforme já vimos na análise de liquidez.

O Capital de Giro Próprio está em baixa, pois o crescimento verificado no Permanente foi maior que o verificado no Patrimônio Líquido. O Capital Circulante Líquido também está em baixa, posto que a diminuição verificada no Ativo Circulante foi maior que a verificada no Passivo Circulante.

Em síntese, podemos concluir que, de modo geral, é muito boa a estrutura do Balanço de 31.12.1992, tendo mantido o mesmo nível em relação ao exercício anterior.

2.3.2.4. GARANTIA A TERCEIROS

A Situação Econômica-Financeiro da empresa não é satisfatória quanto ao aspecto de rentabilidade anteriormente analisado. Já sob o ponto de vista da Estrutura Patrimonial a situação é excelente, uma vez que o Ativo Total supera o Exigível Total em 409,0%, ou seja, na proporção de Cr\$ 5,0% para cada Cr\$ 1,00 de Capital de Terceiros, o que corresponde a um Índice de Endividamento Geral de 0,20.

Isto equivale a dizer que a empresa oferece aos seus credores pequenas condições de garantia em função da sua rentabilidade e condições excelentes em razão da sua Estrutura Patrimonial.

2.3.2.5. VALOR PATRIMONIAL

O Valor Contábil de uma empresa é representado pelo seu Patrimônio Líquido, cuja variação, positiva ou negativa, nos dá a média do crescimento ou da descapitalização dessa empresa.

Em 31.12.1992 o Patrimônio Líquido é 965,1% maior que o valor apresentado no Balanço do exercício anterior, percentual este bastante inferior ao índice de inflação no período, tendo ocorrido na verdade um decréscimo, em termos reais, de 15,3% (ver análises comparativas).

ANÁLISE COMPARATIVA DOS BALANÇOS - ORGAL S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL	31.12.1991		31.12.1992		VARIACÃO	
	Cr\$ MIL	% ANÁLISE VERTICAL	Cr\$ MIL	% ANÁLISE VERTICAL	NOMINAL/HORIZONTAL	REAL
DISPÓNIVEL	151.674	10,1	487.319	3,3	221,3	-74,4
A RECEBER DE CLIENTES(Liq.)	140.631	9,3	998.606	6,8	610,1	-43,5
OUTROS CRÉDITOS	43.443	2,9	45.418	0,3	4,5	-91,7
ESTOQUES	301.460	20,0	2.622.049	17,9	769,8	-30,8
ATIVO CIRCULANTE	637.208	42,3	4.153.392	28,4	551,8	-48,2
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
CAPITAL CIRCULANTE	637.208	42,3	4.153.392	28,4	551,8	-48,2
INVESTIMENTOS	8.392	0,6	103.179	0,7	1.129,5	-2,2
IMOBILIZADO	861.064	57,2	10.355.998	70,9	1.102,7	-4,3
ATIVO PERMANENTE	869.456	57,7	10.459.177	71,6	1.103,0	-4,3
ATIVO TOTAL	1.506.664	100,0	14.612.568	100,0	869,9	-22,9
FORNECEDORES	206.932	13,7	1.909.570	13,1	822,8	-26,6
OUTRAS CONTAS A PAGAR	197.632	13,1	963.983	6,6	387,8	-61,2
PASSIVO CIRCULANTE	404.564	26,9	2.873.553	19,7	610,3	-43,5
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
EXIGÍVEL TOTAL	404.564	26,9	2.873.553	19,7	610,3	-43,5
CAPITAL INTEGRALIZADO	100.000	6,6	1.132.000	7,7	1.032,0	-10,0
RESERVAS DIVERSAS	1.002.100	66,5	10.607.016	72,6	958,5	-15,8
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.102.100	73,1	11.739.016	80,3	965,1	-15,3
PASSIVO TOTAL	1.506.664	100,0	14.612.569	100,0	869,9	-22,9
CAPITAL DE GIRO						
CAPITAL DE GIRO PRÓPRIO	232.644	15,4	1.279.839	8,8	450,1	-56,2
CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	232.644	15,4	1.279.839	8,8	450,1	-56,2

BALANÇO PATRIMONIAL	31.12.1991		31.12.1992		VARIÇÃO	
	Cr\$ MIL	% ANÁLISE VERTICAL	Cr\$ MIL	% ANÁLISE VERTICAL	NOMINAL/HORIZONTAL	REAL
DEMONST. DO RESULTADO						
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.410.815	122,0	14.022.905	115,8	894,0	-8,9
DEDUÇÕES E IMPOSTOS	253.973	22,0	1.914.416	15,8	653,8	-30,9
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.156.842	100,0	12.108.489	100,0	946,7	-4,1
CUSTOS	667.020	57,3	7.035.358	58,1	954,7	-3,3
LUCRO BRUTO	489.822	42,3	5.073.131	41,9	935,7	-5,1
DESPESAS OPERACIONAIS						
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	200.685	17,3	1.846.581	15,3	820,1	-15,7
DESPESAS COMERCIAIS	98.709	8,5	1.061.319	8,8	975,2	-1,4
DESPESAS FINANCEIRAS(Líq.)	57.484	5,0	1.435.029	11,9	2.396,4	128,8
(-) OUTRAS REC. OPERACIONAIS	14.937	1,3	295.357	2,4	1.877,4	81,2
OUTRAS DESP. OPERACIONAIS	4.574	0,4	43.456	0,4	850,1	12,9
DESPESA OPERACIONAL TOTAL	346.515	30,0	4.091.028	33,8	1.080,6	8,2
LUCRO OPERACIONAL	143.307	12,4	982.103	8,1	585,3	-37,2
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	62.108	5,4	2.000	0,0	-96,8	-99,7
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	-324	0,0	0	0,0	100,0	-100,0
RESULT. CORREÇÃO MONETÁRIA	-236.416	-20,4	-821.031	-6,8	-247,3	68,2
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-31.325	-2,7	163.072	1,3	620,6	147,7

*ANÁLISE COMPARATIVA DOS ÍNDICES ECONÔMICO-
FINANCEIROS*

ÍNDICES FINANCEIROS	31.12.1991	31.12.1992	
ÍNDICES FINANCEIROS			
LIQUIDEZ GERAL	1,58	1,45	**
LIQUIDEZ CORRENTE	1,58	1,45	**
LIQUIDEZ SECA	0,83	0,53	**
LIQUIDEZ IMEDIATA	0,375	0,170	**
ÍNDICES DE ESTRUTURA DO CAPITAL			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO/ATIVO TOTAL	0,73	0,80	**
EXIGÍVEL TOTAL/ATIVO TOTAL	0,27	0,20	*
PATRIMÔNIO LÍQUIDO/EXIGÍVEL TOTAL	2,72	4,09	**
EXIGÍVEL TOTAL/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0,367	0,245	*
ATIVO TOTAL/EXIGÍVEL TOTAL	3,72	5,09	**
ATIVO PERMANENTE/EXIGÍVEL TOTAL	2,15	3,64	**
ESTOQUES/ EXIGÍVEL TOTAL	0,75	0,91	**
CAPITAL CIRCULANTE/ATIVO TOTAL	0,42	0,28	**
ATIVO PERMANENTE/ATIVO TOTAL	0,58	0,72	*
ATIVO PERMANENTE/PAT.LÍQUIDO	0,789	0,891	*
ESTOQUE/CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	1,30	2,05	*
CAP.GIRO PRÓPRIO/CAPITAL CIRCULANTE	0,365	0,308	**
ÍNDICES ECONÔMICOS			
LUCRO LÍQUIDO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-0,028	0,014	**
LUCRO LÍQUIDO/ATIVO TOTAL	-0,021	0,011	**
LUCRO LÍQUIDO/RECEITA OPERAC.LÍQUIDA	-0,027	0,013	**
DESPESAS/LUCRO BRUTO	1,06	0,97	*
CUSTOS/RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	0,577	0,581	*
LUCRO BRUTO/RECEITA OPERAC. LÍQUIDA	0,423	0,419	**
LUCRO OPERACIONAL/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0,130	0,084	**
LUCRO OPERACIONAL/ATIVO TOTAL	0,095	0,067	**
LUCRO OPERACIONAL/REC.OPERACIONAL LÍQUIDA	0,124	0,081	**
ÍNDICES DE ROTAÇÃO			
ROTAÇÃO DO ATIVO TOTAL	0,94	0,97	**
ROTAÇÃO DO ATIVO FIXO OPERACIONAL	1,64	1,35	**
ROTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1,28	1,19	**

OBSERVAÇÃO: * indica que quanto menor o valor melhor

** indica que quanto maior o valor melhor

III - CONCLUSÃO

As Demonstrações Contábeis relatam a situação econômica-financeira da empresa, sendo assim, tornam-se fundamentais para a dinâmica patrimonial.

Houve uma grande evolução na elaboração dessas Demonstrações no decorrer da história da contabilidade. O Decreto-Lei nº 2627, de 26.09.40, atualizado pela Circular nº 179, do Banco Central só obrigavam a apresentar o Balanço e as Demonstrações da Conta de Lucros ou Perdas, enquanto que, a partir de 1977 houve mudanças rigorosas nas normas e Princípios de Contabilidade e ainda obrigando a publicação de quatro Demonstrações: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado Líquido, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados ou Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos.

Porém no nosso ponto de vista, essa lei deixou a desejar com relação a Correção Monetária efetuada no levantamento das Demonstrações.

As contas que são atualizadas no encerramento das Demonstrações só correspondem naquele momento, e ainda muitas vezes não relatam o valor do bem na realidade.

Outro ponto que a Correção afeta, é a avaliação do Estoque, pois além de não ser corrigido, o custo dos produtos ou mercadorias estão avaliados de acordo com o valor de aquisição, onde esse método só valeria se a empresa não tivesse intuito de comercializar, pois o valor de aquisição seria o mesmo do custo da venda e ainda teria um lucro certo.

Mas isso não acontece, pois a empresa tem o objetivo social de comercializar, então como se explica que o valor de aquisição seja o mesmo do custo, se na próxima compra

(pode ser efetuada até no próximo dia) o mesmo tipo de produto ou mercadoria é comprado muitas vezes pelo dobro ou triplo, assim tendo que desembolsar parte do lucro.

Então se conclui que o estoque deveria ser avaliado constantemente pelo valor de mercado, pois nem a Correção através da UFIR se resolveria o problema, porque os produtos ou mercadorias aumentam muito mais a realidade.

Na nossa opinião as contas deveriam ser avaliadas por peritos especializados no prazo mínimo de três em três meses, assim obrigando todas as contas a acompanhar o verdadeiro valor no mercado e acarretaria uma situação econômica-financeira mais original.

A Análise de Balanço de uma empresa é um fator muito importante pois podemos planejar as ações e estratégias para um futuro promissor. Uma das coisas fundamentais na análise é observamos se o Capital que está sendo investido na empresa está dando o retorno esperado. Através da utilização dos Índices, da Análise Horizontal e Vertical podemos retratar e diagnosticar a situação da empresa, possibilitando assim acharmos soluções viáveis ao crescimento da empresa.

Esperamos que no futuro bem próximo ocorra novas inovações na lei, onde se destaque o problema dos valores monetários das contas em relação a realidade do nosso Brasil.

IV - BIBLIOGRAFIA

- OLIVEIRA -, Juarez - LEI DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS - 9ª ed., Editora Saraiva, São Paulo, 1985
- WALTER -, Milton Augusto & Braga, Hugo Rocha - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Um enfoque Gerencial - Editora Saraiva, São Paulo
- MATHUS -, Iqbal - INTRODUÇÃO A ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - Vol. 1, Livros Técnicos e Científicos, Editora S.A. Rio de Janeiro, 1984, p.14 /29.
- JACINTO -, e Eduardo - CONTABILIDADE - MODERNAS TÉCNICAS E INFORMÁTICA - Prol Editora Gráfica Ltda. 3ª ed., Vol.3/4, São Paulo, 1985, p.187-211
- NETTO -, Roberto Procópio de Lima - INTRODUÇÃO AS FINANÇAS, Solivro Gráfica e Editora Ltda, Rio de Janeiro, 1979, p. 34/35.
- INDICUBIS -, Sérgio e Professores da FEA da USP - 5ª ed. Editora Atlas, São Paulo, 1980, 325p.
- SÁ -, Antônio Lopes de - CONTABILIDADE GERAL - 5ª ed. APEC Editora S.A., Rio de Janeiro, 1979, 220p.
- INDICUBIS -, Sérgio e GELBCKE, Ernesto Rubens - MANUAL DE CONTABILIDADE DAS SOCIEDADES POR AÇÕES - 2ª ed., Revista e Ampliada, Editora Atlas, São Paulo, 1989, 527p.
- MARION -, José Carlos - CONTABILIDADE EMPRESARIAL - 3ª ed., Editora Atlas, São Paulo, 1986, 540p.